

QUANDO A MORTE NÃO SILENCIA: SHAKESPEARE, MACHADO DE ASSIS E A PERMANÊNCIA DA SUBJETIVIDADE

WHEN DEATH DOES NOT SILENCE: SHAKESPEARE, MACHADO DE ASSIS,
AND THE PERSISTENCE OF SUBJECTIVITY

Linguística & Letras e Artes • 27/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792990760](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792990760)

Diana Barreto Costa¹

RESUMO

Este artigo analisa as representações da morte em *Hamlet*, de William Shakespeare, e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, tomando como eixo interpretativo a relação entre morte corporal, continuidade da subjetividade e permanência da individualidade. Parte-se do problema de compreender de que modo a literatura representa sujeitos que, embora privados da existência corporal, permanecem capazes de recordar, narrar, comunicar-se ou produzir efeitos sobre os vivos. A análise é desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, bibliográfica, comparativa e interpretativa, articulando os textos literários às concepções de alma, consciência, individualidade, personalidade e espírito formuladas por Platão (2000), Arthur Schopenhauer (2016), William James (1898), Frederic W. H. Myers (1903) e Allan Kardec (2013). Argumenta-se que Shakespeare (1982) e Machado (1997) não apresentam a morte simplesmente como encerramento da existência, mas como transformação da modalidade de presença do sujeito. Em *Hamlet*, o Fantasma introduz no mundo dos vivos uma presença que conserva identidade, memória e capacidade comunicativa, enquanto o solilóquio *To be, or not to be* explicita a dimensão epistemológica da morte como fronteira diante da qual o sujeito desconhece o que existe além dela. Em Machado, a radicalidade da representação reside na transformação do morto em instância narrativa: Brás Cubas não é apenas lembrado pelos vivos, mas assume a posição de narrador e organiza sua própria memória a partir da condição póstuma. Defende-se, por fim, a categoria de agência póstuma como instrumento analítico para designar a capacidade atribuída ao sujeito morto de continuar produzindo efeitos sobre os vivos por meio da memória, da palavra, da narrativa, da presença espectral ou da comunicação espiritual, sem que tal categoria implique tomar a literatura como comprovação empírica

da sobrevivência após a morte. A comparação evidencia, assim, que a literatura pode funcionar como espaço privilegiado de experimentação estética e filosófica acerca dos limites da existência humana, mantendo em tensão a morte corporal e a possibilidade de permanência da subjetividade.

Palavras-chave: morte; sobrevivência da personalidade; consciência; literatura comparada; Hamlet; Memórias Póstumas de Brás Cubas.

ABSTRACT

This article analyzes representations of death in William Shakespeare's *Hamlet* and Machado de Assis's *The Posthumous Memoirs of Brás Cubas*, taking as its interpretive axis the relationship between bodily death, the continuity of subjectivity, and the persistence of individuality. It begins with the challenge of understanding how literature represents subjects who, despite being deprived of bodily existence, remain capable of remembering, narrating, communicating, or exerting influence upon the living. The analysis employs a qualitative, bibliographic, comparative, and interpretive approach, linking these literary texts to concepts of the soul, consciousness, individuality, personality, and spirit as formulated by Plato (2000), Arthur Schopenhauer (2016), William James (1898), Frederic W. H. Myers (1903), and Allan Kardec (2013). It is argued that Shakespeare (1982) and Machado (1997) do not present death merely as the end of existence, but as a transformation in the subject's mode of presence. In *Hamlet*, the Ghost introduces a presence into the world of the living that retains identity, memory, and communicative capacity, while the "To be, or not to be" soliloquy articulates the epistemological dimension of death as a boundary beyond which the subject is ignorant of what lies ahead. In Machado's work, the radical nature of the representation lies in the transformation of the deceased into a

narrative agent: Brás Cubas is not merely remembered by the living but assumes the role of narrator, organizing his own memory from his posthumous state. Finally, the article advocates for the category of "posthumous agency" as an analytical tool to describe the capacity attributed to the deceased subject to continue exerting influence on the living through memory, words, narrative, spectral presence, or spiritual communication - without implying that literature serves as empirical proof of survival after death. The comparison thus highlights that literature can serve as a privileged space for aesthetic and philosophical experimentation regarding the limits of human existence, maintaining a tension between bodily death and the possibility of the persistence of subjectivity.

Keywords: death; survival of personality; consciousness; comparative literature; Hamlet; Posthumous Memoirs of Brás Cubas.

1. INTRODUÇÃO

Poucos acontecimentos possuem maior força de ruptura sobre a experiência humana do que a morte. Ela interrompe a presença corporal, modifica relações, reorganiza memórias e produz uma ausência que, paradoxalmente, raramente significa desaparecimento absoluto no plano simbólico. Aquele que morre deixa de participar da vida ordinária, mas continua presente na memória, na linguagem, nos afetos, nos rituais e nas narrativas daqueles que permanecem. A literatura explora intensamente essa condição liminar porque sua própria matéria - a linguagem - permite devolver voz àquele que, na experiência cotidiana, já não pode falar. O morto pode tornar-se personagem, memória, testemunha, narrador ou interlocutor. A literatura, ao fazê-lo, não elimina a morte mas, transforma a maneira de representá-la.

É justamente nessa zona de tensão entre ausência corporal e permanência subjetiva que se situam *Hamlet*, de William Shakespeare (1982), e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1997). Embora pertencentes a tradições históricas, linguísticas e estéticas distintas, as duas obras constroem uma situação narrativa particularmente expressiva: o morto não permanece simplesmente como lembrança de terceiros, mas recupera, em graus e modalidades diferentes, uma posição de sujeito. Em *Hamlet*, o rei morto retorna sob a forma de um espectro que fala ao filho, recorda sua própria história, denuncia a violência que sofreu e solicita uma ação. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, a situação é ainda mais radical: o morto assume a posição de narrador e passa a contar a própria trajetória a partir da condição de quem já atravessou a morte.

A aproximação entre as duas obras, portanto, não se justifica apenas pela presença de personagens mortos. O ponto de convergência está na transformação da morte em problema de subjetividade. O que significa continuar sendo alguém depois da morte? O que permite reconhecer uma pessoa quando o corpo já não está presente? A memória é suficiente para preservar a identidade? A consciência pode ser imaginada como independente da existência corporal? A personalidade pode sobreviver? E, sobretudo, o morto pode continuar exercendo alguma forma de ação sobre os vivos?

Essas questões não pertencem exclusivamente à literatura. Elas atravessam a filosofia desde a Antiguidade e reaparecem, sob formulações distintas, nas discussões modernas acerca da alma, da consciência e da sobrevivência. Platão (2000) constitui uma referência fundamental para a distinção entre a dimensão corporal e a alma; Schopenhauer (2016) introduz uma importante tensão ao

problematizar a identificação entre a permanência do ser e a conservação do eu individual; William James (1898) questiona a possibilidade de reduzir a consciência à função produtora do cérebro; Frederic W. H. Myers (1903) desloca o problema para a possibilidade de sobrevivência da personalidade; e Allan Kardec (1857) formula, em perspectiva doutrinária, a continuidade do Espírito e a possibilidade de comunicação entre desencarnados e encarnados.

Esses autores, entretanto, não podem ser reunidos como se defendessem uma única teoria da vida após a morte. Suas concepções são distintas e, em alguns pontos, incompatíveis. A pertinência de colocá-los em diálogo reside precisamente nessa diferença. O objetivo não é construir uma genealogia linear da crença na imortalidade nem utilizar a filosofia ou o Espiritismo para explicar antecipadamente as obras literárias. O movimento é inverso: as obras literárias constituem o centro da investigação, enquanto as concepções filosóficas e espiritistas fornecem categorias para compreender, com maior precisão, os diferentes sentidos atribuídos à permanência do sujeito.

A questão que orienta este estudo pode ser formulada nos seguintes termos: como *Hamlet* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* representam a continuidade da subjetividade após a morte corporal e que sentidos assumem, nessas obras, a memória, a consciência, a personalidade e a comunicação entre mortos e vivos? A pergunta exige distinguir fenômenos que frequentemente são reunidos sob a expressão genérica “vida após a morte”. A permanência da alma não é necessariamente a mesma coisa que a continuidade da consciência; a continuidade da consciência não implica automaticamente a preservação integral da personalidade; e

a sobrevivência da personalidade, por sua vez, não equivale necessariamente à possibilidade de comunicação com os vivos.

Parte-se da hipótese de que Shakespeare e Machado de Assis constroem, por procedimentos estéticos distintos, formas de continuidade da subjetividade após a morte corporal, atribuindo ao morto diferentes modalidades de agência. Em *Hamlet*, essa continuidade se manifesta sobretudo pela presença espectral, pela memória, pela comunicação e pela capacidade do morto de interferir no curso da ação dos vivos. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ela se manifesta pela permanência da consciência narrativa, da memória e de uma personalidade que continua reconhecível depois da morte. Em ambos os casos, a morte não é representada simplesmente como desaparecimento absoluto, mas como transformação do modo de presença do sujeito.

A hipótese, entretanto, não implica afirmar que Shakespeare ou Machado defendam uma doutrina da imortalidade. Seria metodologicamente inadequado converter uma estrutura ficcional em evidência ontológica. A literatura não constitui, neste estudo, prova empírica da sobrevivência da consciência ou do Espírito. Seu valor está em produzir experiências imaginativas e estruturas narrativas que tornam pensável aquilo que a experiência ordinária apresenta como limite. A análise concentra-se, portanto, no modo como as obras representam e problematizam a continuidade da subjetividade.

O objetivo geral é analisar comparativamente as representações da morte, da continuidade da subjetividade e da agência póstuma em *Hamlet* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, estabelecendo um diálogo crítico com diferentes concepções filosóficas e espiritualistas

acerca da alma, da consciência, da personalidade e da sobrevivência. Especificamente, busca-se compreender a função do espectro em Shakespeare; examinar a construção do defunto-autor em Machado; distinguir as concepções de Platão, Schopenhauer, William James, Myers e Kardec; e verificar em que medida tais perspectivas permitem aprofundar, sem homogeneizá-las, a interpretação das duas obras.

A pesquisa é qualitativa, bibliográfica, de natureza analítico-interpretativa e orientada por uma perspectiva comparatista. O corpus primário é constituído por *Hamlet* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. O corpus teórico compreende textos de Platão, Schopenhauer, William James, Frederic W. H. Myers e Allan Kardec. O procedimento consiste na leitura das obras literárias a partir de categorias previamente delimitadas — morte, alma, consciência, personalidade, memória, comunicação e agência — seguida do confronto crítico com as formulações filosóficas e doutrinárias selecionadas. Não se pretende demonstrar a veracidade ou falsidade das concepções metafísicas mobilizadas, mas investigar sua produtividade interpretativa diante das representações literárias.

Nesse percurso, a noção de agência póstuma será utilizada como categoria analítica. Ela não significa uma afirmação de que os mortos efetivamente atuem sobre os vivos em sentido ontológico, mas descreve, no universo representacional, situações em que o sujeito morto continua capaz de produzir efeitos. O Fantasma produz efeitos porque sua palavra modifica a trajetória de *Hamlet*; *Brás Cubas* produz efeitos porque sua consciência narrativa reorganiza a própria história e interpela o leitor. A categoria permite, assim, deslocar a discussão da pergunta exclusiva sobre “se o morto

existe” para outra questão: o que o morto continua sendo capaz de fazer depois de sua morte?

É nesse deslocamento que se encontra a contribuição central deste artigo. Ao invés de reduzir a morte à oposição entre presença e ausência, pretende-se compreender a literatura como espaço em que essa oposição é tensionada. O morto pode estar ausente corporalmente e, simultaneamente, presente discursivamente; pode não possuir ação física e, ainda assim, produzir consequências; pode não pertencer mais ao mundo dos vivos e, contudo, continuar interferindo na maneira como os vivos compreendem o passado e a si mesmos. Shakespeare e Machado oferecem duas das formulações mais expressivas desse paradoxo.

2. A MORTE COMO FRONTEIRA

Pensar literariamente a permanência do sujeito depois da morte exige, antes de tudo, desfazer uma equivalência que costuma ser tomada como evidente: a de que morte corporal e desaparecimento absoluto da pessoa seriam necessariamente a mesma coisa. Essa equivalência é uma possibilidade filosófica, mas não constitui a única maneira pela qual a condição humana foi historicamente compreendida. Desde a Antiguidade, diferentes tradições distinguiram, com graus variados de precisão, o corpo, a alma, a consciência e aquilo que torna cada indivíduo reconhecível como uma pessoa singular. O problema da sobrevivência, portanto, não pode ser formulado apenas como pergunta acerca da existência de uma vida posterior; precisa perguntar o que, exatamente, sobreviveria.

No Fédon, Platão (2000) situa a discussão sobre a morte no centro da experiência filosófica de Sócrates. A morte corporal não é tratada simplesmente como destruição do indivíduo, porque o diálogo estabelece uma distinção entre corpo e alma e examina a possibilidade de que a alma possua uma condição de existência não redutível à materialidade corporal. O valor dessa formulação para o presente estudo não está em afirmar que Shakespeare ou Machado reproduzem a concepção platônica, mas em reconhecer que a separação entre o destino do corpo e o destino da alma constitui uma das matrizes intelectuais fundamentais para a imaginação ocidental da sobrevivência.

O Fédon permite, sobretudo, introduzir uma distinção indispensável ao artigo: a morte do corpo não precisa significar, dentro de determinada concepção metafísica, a extinção daquilo que constitui a realidade mais profunda do sujeito. A discussão platônica, contudo, não resolve automaticamente o problema da personalidade individual. É possível admitir a existência de uma alma e, ainda assim, perguntar em que medida a pessoa concreta, com sua memória e suas características particulares, permanece depois da morte. Essa questão se tornará decisiva quando se observar que o Fantasma de Shakespeare e Brás Cubas não são representados como princípios espirituais abstratos, mas como indivíduos identificáveis.

A dificuldade torna-se mais aguda em Schopenhauer. Sua reflexão sobre a morte e a indestrutibilidade da essência não deve ser interpretada como uma simples defesa da conservação integral do indivíduo psicológico. Ao contrário, seu pensamento permite distinguir entre a permanência de uma realidade mais profunda do ser e a continuidade do eu empírico tal como este se conhece na

experiência cotidiana. Memórias, desejos, representações e características psicológicas pertencem à esfera individual que a morte coloca em questão. A discussão schopenhaueriana, portanto, impede uma passagem conceitual indevida: da afirmação de que a morte não necessariamente equivale à aniquilação absoluta do ser para a afirmação de que a personalidade individual permanece intacta.

Essa distinção é extremamente produtiva diante de Hamlet e Memórias Póstumas. O Fantasma parece conservar aquilo que o pensamento de Schopenhauer nos obriga a examinar: sua identidade, sua memória e sua relação com o filho. Ele não retorna como princípio metafísico indiferenciado, mas como alguém reconhecível. Brás Cubas, de modo ainda mais radical, continua sendo Brás Cubas. Conserva sua ironia, seus julgamentos, suas vaidades, sua memória e sua maneira particular de narrar. A ficção machadiana constrói, portanto, uma situação na qual a continuidade do indivíduo psicológico é levada a uma consequência que a distinção filosófica de Schopenhauer torna justamente problemática.

É nesse ponto que Myers (1903) oferece uma formulação especialmente próxima do problema literário. Em *Human Personality and Its Survival of Bodily Death*, ele desloca o foco para a personalidade humana e investiga fenômenos que, em sua perspectiva, poderiam indicar que a consciência ordinária não esgota a totalidade da vida psíquica. A noção de personalidade subliminar e a atenção concedida a fenômenos anômalos fazem parte de uma tentativa mais ampla de compreender a extensão da experiência humana para além dos limites imediatamente reconhecidos pela consciência cotidiana.

O interesse de Myers não está, para os fins deste artigo, em fornecer uma explicação das obras de Shakespeare ou Machado. Sua contribuição é conceitual: ele permite formular com maior precisão a pergunta sobre a sobrevivência da personalidade. Se a personalidade é aquilo que reúne memória, disposições, modos de perceber, sentimentos e formas de autorreconhecimento, então a questão da sobrevivência torna-se muito mais exigente do que a simples afirmação de que a alma continua. Seria necessário perguntar se aquilo que torna alguém aquela pessoa específica pode atravessar a morte.

Brás Cubas constitui, ficcionalmente, uma resposta extraordinariamente radical a essa pergunta. O narrador não é uma consciência universal que perdeu suas marcas individuais. Ele permanece singular. Sua morte não dissolve sua personalidade; oferece-lhe uma posição narrativa inédita. O que sobrevive é justamente o conjunto de traços que permite ao leitor reconhecer o personagem. A continuidade é demonstrada, no plano da ficção, pelo fato de que o morto continua pensando, lembrando, avaliando, ironizando e estabelecendo uma relação com um interlocutor.

A permanência da personalidade não implica, contudo, aperfeiçoamento moral. Essa é uma dimensão decisiva da construção machadiana. A morte não converte Brás Cubas em uma consciência superior. O defunto-autor conserva suas ambiguidades, seus preconceitos, sua vaidade e sua disposição para manipular o relato. A continuidade da personalidade é, portanto, mais importante do que qualquer ideia de purificação. O que Machado imagina é a persistência do indivíduo, não necessariamente sua redenção.

William James (1898) introduz outra dimensão fundamental, atinente à relação entre consciência e cérebro. Em *Human Immortality*, ele questiona a conclusão segundo a qual a estreita correlação entre estados cerebrais e estados conscientes demonstraria necessariamente que o cérebro produz a consciência em sentido absoluto. A hipótese de uma função transmissiva ou permissiva do cérebro abre uma possibilidade filosófica diferente daquela segundo a qual a consciência seria simplesmente um produto encerrado no organismo. James não apresenta isso como demonstração empírica da imortalidade; o mérito de sua discussão está justamente em mostrar que determinada inferência materialista não pode ser considerada logicamente inevitável apenas a partir da correlação entre cérebro e experiência consciente.

Essa cautela é essencial para o presente estudo. William James não deve ser transformado em defensor antecipado da Doutrina Espírita, nem sua reflexão pode ser usada como prova da sobrevivência da consciência. Sua importância está em problematizar uma redução: a identificação entre consciência e produção cerebral. A literatura, quando apresenta um sujeito consciente depois da morte, explora ficcionalmente uma possibilidade que a reflexão jamesiana ajuda a tornar filosoficamente interrogável.

Memórias Póstumas pode ser lida, nesse sentido, como uma experiência narrativa-limite. O organismo de Brás Cubas já não existe, mas a consciência narrativa continua a recordar, interpretar e dirigir-se ao leitor. A obra não explica o mecanismo dessa continuidade. E é precisamente essa ausência de explicação que preserva sua força literária. Machado não transforma o romance em tratado metafísico; cria uma situação impossível segundo as

expectativas ordinárias e deixa que o leitor experimente suas consequências.

Em Hamlet, a questão da consciência pós-morte aparece sob outra configuração. O Fantasma não narra uma teoria da mente; ele surge como presença individualizada e comunica uma informação. Sua fala, porém, não resolve o problema do conhecimento. Hamlet precisa decidir se deve acreditar no espectro. A aparição, portanto, possui uma dupla função: é simultaneamente acontecimento sobrenatural e problema epistemológico. O morto fala, mas a fala do morto não elimina a necessidade de interpretação.

Essa dimensão aproxima a tragédia da pergunta formulada anteriormente: como saber alguma coisa acerca daquilo que supostamente existe depois da morte? A experiência de Hamlet não oferece certeza absoluta. O Fantasma afirma uma história, mas Hamlet permanece exposto à dúvida, à possibilidade de erro e à necessidade de verificar a realidade. O sobrenatural, assim, não funciona como uma solução simplista para o problema da morte. Ele o torna mais complexo.

Allan Kardec apresenta uma formulação de outra natureza. Em O Livro dos Espíritos (2013), a morte corporal é compreendida como transformação da condição de existência do Espírito, e não como extinção da individualidade. Em O Livro dos Médiuns (2013), a comunicação entre espíritos e encarnados é desenvolvida como parte do sistema doutrinário. O interesse dessa concepção para este estudo está na explicitação de duas proposições que aparecem, sob forma literária, nas obras analisadas: a continuidade da individualidade depois da morte e a possibilidade de comunicação entre mortos e vivos. Em sua formulação doutrinária, “O Espírito é o

princípio inteligente do Universo” (Kardec, 1857, q. 23), proposição que fundamenta a distinção entre a individualidade espiritual e a existência corporal.

É necessário, contudo, manter rigorosamente diferenciados os estatutos discursivos. Kardec formula a Doutrina Espírita; Shakespeare constrói uma tragédia; Machado produz uma narrativa ficcional. Não se pode tomar a aparição do Fantasma como comprovação literária da Doutrina Espírita, nem utilizar a doutrina kardecista para determinar o sentido de uma obra machadiana. O diálogo é comparativo e conceitual, não probatório. A contribuição de Kardec consiste em oferecer uma formulação explícita de uma possibilidade - a comunicação entre desencarnados e encarnados - que a literatura pode representar por outros meios.

Desse conjunto de perspectivas emerge uma distinção que será central para as análises seguintes: alma, consciência, personalidade e Espírito não são conceitos intercambiáveis. A alma, na tradição platônica, remete a uma dimensão do sujeito que não se reduz ao corpo; a consciência diz respeito à experiência subjetiva e à capacidade de perceber, lembrar e interpretar; a personalidade designa a configuração singular que permite reconhecer um indivíduo; e o Espírito, na perspectiva kardecista, constitui a individualidade inteligente que sobrevive à morte corporal. A literatura pode colocar essas dimensões em contato, mas a crítica não deve confundi-las.

Essa diferenciação permite compreender por que sobrevivência é uma categoria demasiado ampla se utilizada sem qualificação. Pode haver uma concepção de sobrevivência da alma, uma hipótese de continuidade da consciência, uma teoria de sobrevivência da

personalidade ou uma doutrina de sobrevivência do Espírito. Cada formulação responde a uma pergunta diferente. E é justamente porque Shakespeare e Machado trabalham literariamente com indivíduos reconhecíveis que a questão da personalidade e da comunicação assume importância especial.

Assim, o diálogo entre filosofia, espiritualidade e literatura não pretende estabelecer uma doutrina única da morte. Ele serve para ampliar a capacidade analítica do texto literário. Platão oferece a distinção entre corpo e alma; Schopenhauer introduz a crítica à identificação entre permanência do ser e conservação integral do eu; James problematiza a relação entre cérebro e consciência; Myers coloca no centro a sobrevivência da personalidade; Kardec formula a continuidade do Espírito e a comunicação com os encarnados. A partir dessas diferenças, torna-se possível retornar às obras literárias com perguntas mais precisas.

3. O FANTASMA QUE PEDE MEMÓRIA

Se a reflexão filosófica permite perguntar o que poderia sobreviver à morte, Hamlet e Memórias Póstumas de Brás Cubas permitem observar o que acontece quando a literatura concede efetivamente uma forma de sobrevivência ao sujeito. A comparação não deve começar pela afirmação de que ambas as obras “acreditam” na vida após a morte, mas pela constatação formal de que ambas alteram radicalmente a relação entre morte e enunciação. Em Shakespeare, o morto retorna como espectro e fala; em Machado, o morto torna-se narrador e escreve. A primeira situação produz uma voz que irrompe no mundo dos vivos, a segunda transforma a própria morte em condição de autoria.

Em Hamlet, a aparição do Fantasma constitui o primeiro grande deslocamento dessa ordem. O rei Hamlet morreu, mas sua morte não encerra sua participação na história. O espectro surge diante dos vivos e estabelece uma relação de reconhecimento. Sua identidade depende, em grande medida, de sua capacidade de ser reconhecido como aquele que morreu. O problema do fantasma é, portanto, inseparável do problema da identidade: que tipo de continuidade permite que Hamlet veja naquela aparição não simplesmente uma presença sobrenatural, mas o pai? Sua autodefinição - *I am thy father's spirit* (Shakespeare, 1982, I.5) - explicita que a identidade do morto permanece vinculada à pessoa que ele foi em vida.

A questão torna-se ainda mais complexa porque o Fantasma não aparece como simples memória visual. Ele fala. E sua fala possui conteúdo, finalidade e consequência. Ao revelar a circunstância de sua morte, denuncia o assassinato e solicita ao filho que não deixe o crime permanecer impune. A voz do morto transforma-se, assim, em força narrativa. A partir dela, o passado retorna ao presente e exige uma resposta.

A conhecida solicitação de memória dirigida a Hamlet concentra essa estrutura. *Remember me* não é apenas um pedido afetivo. A memória torna-se a condição de continuidade do morto no mundo dos vivos. O Fantasma não reivindica simplesmente que Hamlet se lembre de sua existência, ele solicita que uma verdade seja preservada e que a relação entre pai e filho não seja apagada pela morte. A memória funciona, portanto, como uma forma de permanência e, simultaneamente, como fundamento da ação.

É nesse ponto que o espectro adquire aquilo que podemos denominar **agência póstuma**. Ele não possui corpo para executar fisicamente uma ação, mas sua palavra produz efeitos. Hamlet modifica sua compreensão da realidade após o encontro com o Fantasma e passa a investigar, desconfiar, representar a loucura e organizar sua ação em torno da verdade revelada. O morto, portanto, permanece agente não porque retorne à vida corporal, mas porque sua presença e sua palavra continuam capazes de modificar a trajetória dos vivos.

Entretanto, Shakespeare não elimina a dúvida. Hamlet não recebe uma verdade absolutamente transparente. A natureza do Fantasma permanece tensionada pela própria tradição dramática dos espectros e pela possibilidade de que aparições possam enganar. O príncipe precisa interpretar. A comunicação do morto não é epistemologicamente neutra. O espectro pode falar, mas Hamlet precisa decidir como conhecer a verdade por meio dessa fala.

A dimensão epistemológica da aparição impede uma leitura simplista. O sobrenatural não funciona como argumento que encerra todas as perguntas; ao contrário, cria novas perguntas. Se o morto pode falar, como distinguir sua voz de uma ilusão? Se o espectro conhece o passado, isso significa que tudo o que diz é verdadeiro? Se a presença é real, qual é sua natureza? Shakespeare não responde definitivamente. A força da tragédia está justamente em manter a comunicação entre vivos e mortos como acontecimento simultaneamente significativo e inquietante.

A famosa meditação de Hamlet sobre *ser ou não ser* amplia esse campo. O problema da morte deixa de estar restrito ao Fantasma e passa a atravessar a própria consciência do protagonista. A morte

aparece como limite e como desconhecido. O temor do “país não descoberto” indica que aquilo que existe depois da morte não está submetido ao conhecimento ordinário. A consciência humana pode imaginar a morte, desejar a interrupção do sofrimento e, simultaneamente, recuar diante daquilo que não conhece. A formulação “*To be, or not to be*” (Shakespeare, 1982, III.1) condensa essa experiência da morte como problema cuja resposta permanece inacessível ao sujeito vivo.

O espectro e a meditação de Hamlet produzem, assim, um movimento complementar. O Fantasma sugere que algo pode permanecer depois da morte e o solilóquio evidencia que os vivos não possuem conhecimento seguro sobre o que os espera. A peça sustenta simultaneamente a possibilidade de continuidade e a impossibilidade de transformá-la em certeza simples. Essa tensão é fundamental para a interpretação porque impede que Hamlet seja reduzido tanto a uma defesa quanto a uma negação da sobrevivência.

A função do espectro também se modifica ao longo da peça. Depois de sua primeira aparição, sua presença permanece na consciência de Hamlet, mesmo quando não está fisicamente no palco. O morto continua operando como referência. A memória do pai organiza a experiência do filho. O Fantasma torna-se, portanto, uma presença que ultrapassa a própria aparição. Sua agência não depende exclusivamente da manifestação espectral pois ela se prolonga por meio da memória e da ação.

Essa estrutura permite compreender a relação entre morte e linguagem. O corpo desapareceu, mas a voz permanece. E, uma vez pronunciada, a palavra do morto passa a circular entre os vivos.

Hamlet recebe a palavra e a transforma em ação. Horatio, posteriormente, torna-se aquele que deverá contar a história. O problema da permanência do morto desloca-se, então, da presença sobrenatural para a transmissão narrativa.

Essa transmissão é particularmente importante porque permite estabelecer uma ponte com Machado de Assis. Em Hamlet, o morto precisa de um vivo que o escute e preserve sua história. Em Memórias Póstumas, o morto dispensa, no plano ficcional, essa mediação inicial já que ele próprio assume a tarefa de narrar. A diferença entre as duas obras é, portanto, também uma diferença na distribuição da autoridade narrativa, como será visto a seguir.

4. BRÁS CUBAS DEPOIS DA MORTE

Brás Cubas começa sua narrativa depois de morto. O conhecido procedimento do “defunto autor” rompe a expectativa segundo a qual a morte deveria encerrar a possibilidade de enunciação. O narrador ocupa uma posição impossível segundo a experiência ordinária, mas perfeitamente produtiva segundo a lógica ficcional. A morte, em vez de retirar a palavra do personagem, torna-se condição para que ele fale de uma maneira que não seria possível em vida.

A diferença em relação a Hamlet é decisiva. O Fantasma precisa dirigir-se a Hamlet para que sua voz seja ouvida; Brás dirige-se diretamente ao leitor. O primeiro precisa recuperar uma história interrompida, o segundo já possui a história inteira e pode reorganizá-la a partir do ponto de vista posterior à morte. O espectro reivindica memória, o defunto-autor produz memória.

O objeto da memória converte-se, em Machado, em sujeito da memória. Essa inversão constitui uma das operações mais

sofisticadas do romance. Brás Cubas não é simplesmente alguém de quem outros se lembram. Ele lembra. Seleciona episódios, julga personagens, interrompe acontecimentos, comenta suas próprias escolhas e controla a relação com o leitor. A morte, portanto, não elimina sua agência, modifica seu tipo.

A consciência narrativa de Brás é especialmente importante porque ela permite pensar a continuidade da personalidade. O narrador continua reconhecível. A ironia, a vaidade, o egoísmo, a capacidade de observar e relativizar os próprios comportamentos não desaparecem. O que permanece depois da morte não é uma consciência abstrata, mas uma consciência marcada por uma história pessoal.

Essa continuidade é decisiva para a aproximação com Myers. A questão não é apenas que algo permaneça. É que permaneça alguém. O narrador continua sendo Brás Cubas porque conserva características que permitem ao leitor identificá-lo como a mesma pessoa. A literatura, evidentemente, não comprova a sobrevivência da personalidade mas, constrói uma hipótese narrativa na qual essa sobrevivência é tomada como condição de possibilidade do relato.

Machado, entretanto, acrescenta à hipótese um elemento crítico ausente de uma concepção simplificada de sobrevivência: a permanência da personalidade não significa necessariamente superioridade moral. Brás não retorna como sábio ou como espírito purificado. A morte não apaga seus limites. O defunto continua marcado pela perspectiva que possuía quando vivo. Essa escolha impede uma interpretação segundo a qual a passagem pela morte resolveria automaticamente as contradições da existência.

Há, nesse ponto, uma distância importante em relação à concepção espírita de progresso do indivíduo. Kardec, por exemplo, insere a continuidade do Espírito em uma visão mais ampla de desenvolvimento espiritual. Machado, por sua vez, não estabelece um sistema de aperfeiçoamento. Sua questão é estética e filosófica: o que acontece com a personalidade quando ela recebe a possibilidade impossível de olhar para a própria vida depois de terminada?

A resposta é profundamente irônica. A morte concede a Brás uma posição privilegiada para avaliar sua existência, mas não o torna necessariamente melhor. Ele pode observar sua trajetória à distância porém, continua envolvido na própria perspectiva. A distância temporal não elimina a subjetividade, apenas a reorganiza.

É justamente essa reorganização que torna a narrativa machadiana relevante para a discussão da consciência. O narrador lembra e interpreta. Ele estabelece relações entre acontecimentos passados, avalia comportamentos e se dirige a um interlocutor. Tudo isso pressupõe continuidade suficiente para que haja um eu capaz de reconhecer seu próprio passado como passado. O romance transforma, assim, a memória em prova interna de continuidade narrativa.

A memória desempenha função semelhante em Hamlet, mas de maneira distinta. Para o Fantasma, lembrar significa preservar uma relação e uma verdade. Para Brás, lembrar significa reconstruir a própria existência. Em Shakespeare, a memória é uma exigência dirigida ao outro; em Machado, é uma atividade exercida pelo próprio morto. Em um caso, a continuidade depende do

sobrevivente e no outro, o sobrevivente torna-se, ficcionalmente, o próprio sujeito da rememoração.

Essa diferença permite aprofundar a categoria de agência póstuma. O Fantasma possui uma agência predominantemente interventiva. Ele interfere no presente dos vivos por meio da revelação de um acontecimento passado. Sua ação está ligada à demanda por justiça e à necessidade de transmitir uma verdade.

Brás Cubas possui uma agência predominantemente discursiva. Sua ação não consiste em alterar diretamente a vida de uma personagem específica, mas em controlar a narrativa, organizar a memória e interpelar o leitor. Sua agência se realiza pela palavra. O morto não precisa retornar ao mundo físico porque já encontrou outra forma de agir: escrever.

A diferença não diminui a convergência entre as obras. Pelo contrário, permite formulá-la com maior precisão. Shakespeare e Machado não representam o mesmo tipo de sobrevivência, mas ambos recusam a redução do morto à passividade. O morto não é apenas objeto do discurso dos vivos pois, ele ocupa em graus distintos, a posição de sujeito do discurso.

Essa inversão é particularmente significativa quando considerada em relação à tradição cultural da memória dos mortos. Normalmente, os vivos falam pelos mortos. O morto tornou-se objeto de lembrança, biografia, ritual ou monumento. Em Hamlet, o morto interrompe essa lógica e fala por si. Em Machado, essa inversão torna-se completa: o morto é simultaneamente personagem, narrador e autor.

É nesse sentido que a literatura produz uma espécie de resistência simbólica ao silêncio definitivo. Não se trata de negar a morte corporal. Em ambas as obras, o corpo morreu. O que é recusado é a equivalência entre morte corporal e impossibilidade absoluta de presença discursiva.

O resultado é uma configuração paradoxal: quanto mais radicalmente a morte é reconhecida, mais potente se torna a pergunta sobre aquilo que poderia permanecer. O Fantasma só possui força porque está morto. Brás só pode ocupar a posição de defunto-autor porque sua existência terminou mas, a vida continua. A morte não é um detalhe exterior às narrativas. Ela constitui a condição que torna possível a forma específica de presença que cada personagem assume.

5. O QUE SOBREVIVE?

A aproximação entre Hamlet e Memórias Póstumas de Brás Cubas conduz a uma questão que ultrapassa a representação literária da morte e alcança um dos problemas mais persistentes da reflexão sobre a condição humana: o que, exatamente, significa afirmar que alguém sobrevive à própria morte? A pergunta, à primeira vista simples, torna-se consideravelmente mais complexa quando se observa que sobrevivência pode designar fenômenos distintos, nem sempre compatíveis entre si. Pode-se falar em sobrevivência como permanência da alma, continuidade da consciência, preservação da personalidade, persistência da memória, conservação da individualidade ou, ainda, permanência da capacidade de produzir efeitos sobre aqueles que continuam vivos. A distinção entre essas possibilidades é fundamental para que a análise de Shakespeare e Machado não recaia em uma concepção genérica de vida após a

morte, incapaz de dar conta das diferenças entre o espectro de Hamlet e o defunto-autor de Machado de Assis.

As duas obras são particularmente fecundas porque não apresentam a morte apenas como acontecimento biológico ou como desfecho narrativo. Elas deslocam a morte para o interior do próprio processo de enunciação. Em Shakespeare, aquele que morreu retorna à cena como presença capaz de falar, recordar, acusar e solicitar uma ação; em Machado, aquele que morreu ocupa diretamente a posição de narrador e transforma a própria morte no ponto de partida de sua atividade discursiva. Em ambos os casos, portanto, a morte não produz uma ausência, simplesmente modifica a modalidade de presença do sujeito. O morto deixa de existir corporalmente, mas não deixa, no universo ficcional, de ocupar uma posição de sujeito.

Essa distinção permite compreender por que a categoria de **sobrevivência** da personalidade é mais produtiva para a análise comparativa do que uma noção indistinta de imortalidade. Uma concepção abstrata de imortalidade poderia admitir que algo permanece depois da morte sem que esse algo conserve qualquer traço reconhecível do indivíduo que existiu. Entretanto, tanto o Fantasma de Hamlet quanto Brás Cubas são construídos precisamente a partir da continuidade de uma individualidade. O espectro shakespeariano não é uma presença anônima que apenas comprova a existência de um mundo sobrenatural. Ele se apresenta como o pai de Hamlet, recorda acontecimentos específicos, reconhece relações pessoais e reivindica a continuidade de uma história interrompida. Do mesmo modo, Brás Cubas não retorna como uma consciência indiferenciada ou como uma entidade desprovida de características pessoais, ele continua sendo o

indivíduo marcado por suas vaidades, seus afetos, seus ressentimentos, suas ironias e suas limitações. O que está em jogo, nas duas obras, não é simplesmente a permanência de alguma forma de existência, mas a possibilidade de que aquele que morreu continue sendo, em algum sentido, aquele que foi.

Essa questão possui uma longa história filosófica, e Platão constitui uma das referências fundamentais para sua compreensão. Na obra *Fédon*, a morte de Sócrates é convertida em ocasião para discutir a natureza da alma e sua relação com o corpo. A distinção entre o elemento corporal, sujeito à corrupção, e a alma, concebida como realidade de outra ordem, estabelece uma das matrizes mais duradouras do pensamento ocidental sobre a possibilidade de uma existência que não se esgote no organismo. O valor dessa formulação para a presente análise não está em utilizar Platão como explicação direta para Shakespeare ou Machado, mas em reconhecer que a separação entre morte corporal e possível continuidade da alma constitui uma das condições intelectuais a partir das quais a cultura ocidental pôde imaginar a presença dos mortos entre os vivos.

Em *Hamlet*, essa separação adquire forma dramática. O corpo do rei está morto, mas aquilo que se apresenta diante de Hamlet afirma possuir uma identidade que não se dissolveu com a morte. O Fantasma não aparece apenas como vestígio do cadáver mas, apresenta-se como sujeito que sabe, recorda e comunica. A diferença é essencial, pois transforma o problema da morte em problema de identidade. Se aquele que aparece é realmente o pai de Hamlet, então a morte não eliminou inteiramente aquilo que fazia dele uma pessoa determinada. Shakespeare dramatiza, assim, uma questão que a filosofia havia formulado em termos abstratos,

ou seja, a possibilidade de distinguir a morte do corpo da extinção absoluta do sujeito.

Entretanto, a permanência do Fantasma não corresponde simplesmente à sobrevivência de uma alma em sentido metafísico. O que confere força à aparição é justamente sua personalidade. Ele possui uma história, uma relação de parentesco, uma memória e uma finalidade. Não se trata de uma entidade que permanece apenas para testemunhar que existe outro mundo, mas de um sujeito que retorna porque algo de sua experiência terrestre permanece inconcluso. Sua aparição está vinculada a uma injustiça, e sua palavra produz uma transformação na vida daquele que continua vivo. A sobrevivência, nesse caso, não é estática ela é relacional e agente. O morto permanece porque ainda possui algo a dizer e porque sua palavra é capaz de produzir consequências.

É nesse ponto que a contribuição de Schopenhauer introduz uma tensão indispensável. Se Platão permite pensar a possibilidade de uma dimensão da alma que não se reduz ao corpo, Schopenhauer obriga a perguntar se a permanência de uma realidade metafísica implica necessariamente a permanência da individualidade tal como experimentada na existência cotidiana. A questão não consiste, portanto, em simplesmente afirmar ou negar uma existência posterior à morte, mas em distinguir entre a permanência do ser e a conservação do eu empírico com suas memórias, desejos e determinações psicológicas. Em Schopenhauer, essa distinção é decisiva porque impede que se tome a sobrevivência metafísica como sinônimo automático da perpetuação da personalidade individual.

Essa posição torna-se particularmente fecunda quando confrontada com as duas obras literárias. O que Shakespeare coloca em cena é justamente uma continuidade individual. O Fantasma não solicita a Hamlet que preserve uma verdade impessoal sobre a existência e sim que ele se lembre dele. Sua identidade depende da preservação de uma relação pessoal. O mesmo ocorre, de forma ainda mais radical, em Machado. Brás Cubas não apenas continua existindo depois da morte como também mantém sua memória, seu estilo, suas vaidades e suas limitações. A literatura machadiana constrói, portanto, uma situação que não coincide com a formulação de Schopenhauer pois, enquanto o filósofo problematiza a identificação entre indestrutibilidade do ser e perpetuação do indivíduo psicológico, Machado imagina ficcionalmente a continuidade justamente desse indivíduo.

A questão da sobrevivência da personalidade ganha formulação mais específica em Myers (1903). Em *Human Personality and Its Survival of Bodily Death*, o problema deixa de ser apenas o da existência de uma alma separada do corpo e passa a envolver a extensão e os limites da própria personalidade humana. Ele investiga fenômenos que, em sua perspectiva, poderiam indicar que a consciência ordinária não esgota a totalidade da vida psíquica, desenvolvendo a noção de uma dimensão subliminar da personalidade e examinando fenômenos como automatismos, estados alterados de consciência, telepatia e aparições. A questão central torna-se, então, saber se aquilo que chamamos de personalidade pode ultrapassar os limites da consciência ordinária e da existência corporal.

A aproximação com Machado é particularmente produtiva porque Brás Cubas conserva, depois da morte, precisamente aquilo que

permite reconhecê-lo como indivíduo. O narrador não se converte em consciência universal nem em princípio espiritual abstrato. Ele continua marcado pela singularidade que caracterizou sua existência posto que recorda pessoas, situações e desejos, conserva seus juízos e preconceitos, ironiza a própria trajetória e estabelece relações com o leitor ao interferir deliberadamente na organização da narrativa. A morte altera sua posição existencial, mas não dissolve sua individualidade. Nesse sentido, a ficção machadiana oferece uma representação extrema daquilo que Myers formula como problema, ou seja, não simplesmente se alguma realidade permanece depois da morte, mas se a personalidade, em sua singularidade e complexidade, pode sobreviver à condição corporal.

Essa permanência, contudo, não deve ser confundida com uma forma de aperfeiçoamento moral. Machado não constrói uma passagem em que a morte purifique automaticamente o indivíduo ou o conduza a uma consciência superior. O que permanece é justamente o sujeito em sua complexidade. A ironia, a vaidade, a disposição para relativizar os próprios atos também continuam presentes. A morte altera a posição do sujeito, mas não apaga sua singularidade. É essa continuidade de traços pessoais que torna *Brás Cubas* especialmente relevante para uma discussão sobre sobrevivência da personalidade. O que atravessa a fronteira da morte não é uma essência abstrata, mas uma identidade reconhecível.

A pergunta conduz à contribuição de James (1898), sobretudo porque a questão da personalidade não pode ser dissociada da questão da consciência. Em *Human Immortality: two Supposed Objections to the Doctrine*, ele questiona a inferência segundo a qual a estreita relação entre cérebro e consciência demonstraria

necessariamente que o cérebro produz a consciência em sentido absoluto. Sua argumentação introduz uma distinção entre uma concepção produtiva e uma concepção transmissiva da relação entre atividade cerebral e experiência consciente. A segunda hipótese admite que o cérebro possa desempenhar uma função de transmissão, limitação ou filtragem de uma consciência cuja realidade não se esgotaria na atividade cerebral. James, de forma cautelosa, afirma que a correlação entre estados cerebrais e estados mentais não resolve, por si mesma, a questão ontológica acerca da natureza última da consciência.

Essa cautela é essencial para a interpretação. James não fornece uma prova científica da sobrevivência da consciência, tampouco afirma ter demonstrado empiricamente a existência de uma realidade espiritual. Sua contribuição para o presente estudo consiste em problematizar a passagem indevida da dependência funcional para a conclusão ontológica. Se o cérebro participa de maneira decisiva da experiência consciente, disso não decorre logicamente, segundo a hipótese discutida por James, que ele seja necessariamente o produtor absoluto da consciência. O problema permanece aberto. É justamente essa abertura que interessa à literatura, porque permite compreender a ficção de um sujeito que continua consciente depois da morte não como uma demonstração científica, mas como uma hipótese imaginativa que desafia a identificação imediata entre funcionamento orgânico e totalidade da experiência subjetiva.

Memórias Póstumas de Brás Cubas realiza, no plano ficcional, uma operação particularmente radical nesse sentido. O romance não oferece uma teoria da consciência e evidentemente não pode ser utilizado como comprovação empírica de qualquer hipótese

filosófica sobre a mente. O que Machado faz é construir uma situação-limite na qual a consciência narrativa continua funcionando depois que a existência corporal foi encerrada. Brás recorda, seleciona, interpreta, comenta e dirige-se a um interlocutor a partir de uma posição posterior à morte. A ficção coloca, assim, em suspensão a equivalência automática entre morte corporal e desaparecimento absoluto da subjetividade.

O aspecto mais sofisticado desse procedimento está justamente na ausência de uma explicação metafísica definitiva. Machado não esclarece se Brás Cubas é uma alma, um espírito, uma consciência desencarnada ou simplesmente uma impossibilidade ficcional deliberadamente construída. Essa indeterminação não constitui deficiência narrativa mas uma estratégia estética. Ao não subordinar o romance a uma doutrina específica, o autor preserva a ambiguidade e transforma a própria impossibilidade da situação em instrumento de reflexão. O romance faz o leitor experimentar as consequências narrativas de admitir, provisoriamente, que ela ocorreu.

Em Shakespeare, o problema assume forma diferente. O Fantasma comunica uma informação cuja verdade permanece envolta em ambiguidades próprias do universo trágico. A questão não é apenas se o fantasma existe, mas que tipo de conhecimento pode ser produzido a partir de sua aparição. Hamlet precisa decidir se aquela voz merece crédito, e essa necessidade de julgamento transforma a experiência sobrenatural também em experiência epistemológica. O morto retorna e introduz no mundo dos vivos uma informação cuja origem se encontra além da experiência ordinária.

Nesse aspecto, Hamlet aproxima-se de James por um caminho particularmente fecundo. A questão não é somente o que existe depois da morte?, mas também como podemos conhecer alguma coisa sobre aquilo que supostamente existe depois da morte?. O Fantasma oferece um testemunho que não elimina a possibilidade do erro, da ilusão ou da manipulação. Sua existência transforma o conhecimento em problema. A presença do morto produz uma nova camada de dúvida. O sobrenatural, portanto, não elimina a incerteza epistemológica, mas a torna parte constitutiva da própria estrutura dramática.

Kardec desloca o problema para uma formulação substancialmente diferente. Em *O Livro dos Espíritos* (2013), a morte é compreendida a partir da distinção entre corpo e Espírito, isto é, o desaparecimento do organismo não corresponde à extinção da individualidade espiritual. A questão da continuidade do sujeito depois da morte ocupa lugar central na Doutrina, e *O Livro dos Médiuns* (2013) desenvolve a possibilidade de comunicação entre desencarnados e encarnados. Nesse sistema, portanto, a sobrevivência não corresponde apenas à permanência abstrata de um princípio metafísico mas, trata-se da continuidade do Espírito como individualidade e da possibilidade de comunicação entre os dois planos da existência.

Essa concepção alcança outra dimensão em *O Livro dos Médiuns*, no qual a possibilidade de comunicação entre desencarnados e encarnados é incorporada sistematicamente à construção doutrinária. O interesse de Kardec para o presente artigo, contudo, não consiste em utilizar o Espiritismo como chave explicativa das obras literárias. Tal procedimento confundiria regimes discursivos distintos e produziria uma equivalência metodologicamente

inadequada entre literatura, filosofia e Doutrina Espírita. A contribuição kardecista é a de oferecer uma formulação explícita para uma possibilidade que Shakespeare e Machado apresentam por meios literários - a de que a morte corporal não encerre a individualidade e de que aquele que morreu possa comunicar-se com os vivos.

A diferença entre os três regimes discursivos é, portanto, essencial. Em Kardec, a comunicação espiritual integra uma concepção doutrinária da existência e é afirmada como possibilidade vinculada ao intercâmbio entre Espíritos e encarnados. Em Shakespeare, constitui um acontecimento dramático cuja interpretação permanece aberta e epistemologicamente tensionada. Em Machado, converte-se em procedimento narrativo que torna possível ao morto assumir a autoria da própria história. O que os aproxima é a emergência da figura do morto que não se limita à condição de objeto da memória alheia. Ele pode voltar a ocupar a posição de sujeito comunicante.

Essa passagem do morto lembrado ao morto comunicante constitui um dos eixos mais significativos da comparação. Tradicionalmente, a morte transforma o indivíduo em objeto da memória dos vivos, ou seja, alguém morreu, e os sobreviventes passam a falar sobre ele. Em Hamlet, essa relação é invertida quando o próprio morto retorna para falar de sua morte. Em Memórias Póstumas, a inversão torna-se ainda mais radical, porque o morto assume a autoria de sua própria narrativa. A literatura, assim, produz uma espécie de restituição da agência ao sujeito que a morte havia aparentemente retirado.

É nessa perspectiva que a noção de **agência póstuma** adquire consistência como categoria analítica. Não se trata de afirmar que

toda obra literária constitua prova de sobrevivência espiritual, tampouco de afirmar que todo morto continue efetivamente agindo sobre o mundo. O conceito descreve situações em que o sujeito morto permanece capaz, no interior de determinado regime discursivo, de produzir efeitos sobre os vivos. Essa agência não precisa ser corporal. Pode ser discursiva, afetiva, moral, memorialística, narrativa ou, em uma perspectiva espírita, comunicativa.

O Fantasma possui agência póstuma porque sua palavra altera o curso da ação de Hamlet. A informação que transmite produz consequências. Hamlet passa a interpretar sua realidade à luz daquilo que ouviu, e a trajetória da tragédia é profundamente condicionada por essa comunicação. O morto, embora privado da capacidade de agir corporalmente, continua interferindo na história dos vivos.

Brás Cubas não retorna para modificar a vida de uma personagem específica, como ocorre com o Fantasma. Sua ação dirige-se ao leitor e realiza-se mediante a construção da narrativa. Ele controla o ritmo da rememoração, interrompe a linearidade, comenta a própria escrita, questiona o leitor e reorganiza os acontecimentos de sua existência. Sua morte não diminui sua autoridade narrativa, ao contrário, amplia-a, porque lhe permite falar a partir de uma posição que nenhum narrador vivo poderia ocupar integralmente.

A diferença entre essas duas formas de agência é fundamental para que o conceito não seja banalizado. O Fantasma possui uma agência predominantemente interventiva pois a sua comunicação produz uma demanda e desencadeia acontecimentos. Brás Cubas possui uma agência predominantemente discursiva visto que sua ação

consiste em organizar a memória e interferir na interpretação que o leitor fará de sua vida. Um atua sobre a ação dramática e o outro atua sobre a consciência do leitor. Ambos, contudo, compartilham uma característica estrutural, a de que a morte não os transforma em objetos passivos da narrativa.

Essa constatação modifica também a compreensão da memória. Em Hamlet, o pedido "*Remember me*" além de solicitação afetiva, continua produzindo efeitos em sua memória e atuação. Ser lembrado significa não desaparecer completamente do horizonte dos vivos. Em Machado, o processo é invertido pois Brás não depende exclusivamente de que outro o recorde, porque ele próprio organiza suas lembranças e as oferece ao leitor. A memória deixa de ser apenas receptiva e torna-se produtora de discurso.

A diferença evidencia, entretanto, que a continuidade da personalidade é sempre relacional. Mesmo quando o morto parece possuir autonomia narrativa, necessita de uma consciência viva capaz de receber sua palavra. O Fantasma precisa de Hamlet; Brás precisa do leitor. A existência póstuma, no plano literário, não se realiza no isolamento do morto, mas na relação que sua presença estabelece com aqueles que permanecem vivos. A sobrevivência representada torna-se, assim, também uma forma de interlocução.

A comparação permite, então, retornar à questão inicial, o que sobrevive? a resposta não é única. Em Platão, a discussão privilegia a alma e sua relação com a mortalidade corporal. Em Schopenhauer, a questão da indestrutibilidade do ser não pode ser confundida com a conservação integral do eu empírico. Em James, a natureza da consciência e sua relação com o cérebro permanece aberta a interpretações que não se reduzem à causalidade produtiva. Em

Myers, a questão assume a forma específica da possível sobrevivência da personalidade. Em Kardec, a continuidade do Espírito e a possibilidade de comunicação com os encarnados constituem elementos centrais de uma concepção sistemática da existência.

Tais perspectivas não formam uma sequência evolutiva nem podem ser apresentadas como se dissessem essencialmente a mesma coisa. Sua produtividade está justamente no desacordo. Platão permite formular a distinção entre corpo e alma e Schopenhauer problematiza a permanência do indivíduo psicológico. James interroga a relação entre consciência e cérebro. Myers pergunta pela extensão e possível continuidade da personalidade enquanto que Kardec afirma a continuidade do Espírito e a comunicação entre desencarnados e encarnados. Quando colocadas diante de Shakespeare e Machado, essas posições não encerram o sentido das obras, mas permitem enxergar com maior precisão os diferentes elementos envolvidos na representação literária da morte.

A comparação revela sobretudo, que alma, consciência, personalidade e Espírito não são conceitos intercambiáveis. A alma pode designar, em uma tradição filosófica como a platônica, aquilo que não se reduz ao corpo; a consciência diz respeito à experiência, à autorreferência e à atividade psíquica; a personalidade remete à configuração singular de características que permite reconhecer um indivíduo; e o Espírito, na perspectiva kardecista, designa a individualidade inteligente que sobrevive ao corpo. A literatura pode reunir essas dimensões sem necessariamente defini-las. O trabalho crítico consiste justamente em evitar que sejam confundidas.

É nesse ponto que Hamlet e Memórias Póstumas de Brás Cubas revelam uma convergência mais profunda do que aquela sugerida pela simples presença de mortos em ambas as obras. Shakespeare e Machado não estão apenas representando cadáveres, fantasmas ou acontecimentos posteriores à morte. Estão experimentando literariamente a possibilidade de que a subjetividade ultrapasse o limite corporal sem deixar de ser individualmente reconhecível. O que retorna não é apenas a morte como tema; retorna um sujeito que conserva alguma capacidade de relação consigo mesmo, com sua história e com os vivos.

A diferença entre os autores, contudo, permanece decisiva. Shakespeare conserva a alteridade do morto pois o Fantasma pertence a uma ordem que Hamlet não controla completamente e cuja natureza permanece envolta em incerteza. Machado internaliza a ruptura posto que o morto se transforma no próprio centro da enunciação e domina a narrativa de sua existência. Em Shakespeare, a morte invade o mundo dos vivos e em Machado, a morte reorganiza o próprio lugar de onde a narrativa pode ser produzida.

Essa diferença permite compreender por que a literatura é particularmente adequada para pensar a questão da sobrevivência. Ela não precisa escolher definitivamente entre materialismo, espiritualismo, dualismo ou outras posições metafísicas. Pode produzir situações nas quais o leitor é levado a experimentar as consequências de uma determinada hipótese. O Fantasma torna possível imaginar uma comunicação entre mortos e vivos. Brás Cubas torna possível imaginar uma consciência que narra depois da morte e ambos colocam em suspensão a ideia de que o fim da vida corporal corresponda necessariamente ao fim de toda forma de subjetividade.

Não se trata, portanto, de afirmar que Shakespeare ou Machado provam a existência de uma vida pós-morte. Uma conclusão dessa natureza ultrapassaria os limites epistemológicos da análise literária. O que as obras demonstram, em outro sentido, é a potência cultural da hipótese de sobrevivência. Mesmo quando não se adota uma posição metafísica sobre sua realidade, a possibilidade de continuidade da subjetividade revela-se suficientemente poderosa para organizar narrativas, conflitos, identidades e formas de comunicação.

Nesse aspecto, a contribuição de Kardec adquire importância específica para a compreensão do problema da comunicação. Ao formular a possibilidade de diálogo entre desencarnados e encarnados, a Doutrina Espírita torna explícita uma questão que a literatura frequentemente aborda por meio do sobrenatural: a morte poderia modificar as condições da comunicação sem necessariamente destruí-la? Em Shakespeare, essa possibilidade aparece como acontecimento espectral e em Machado, como procedimento narrativo. O que em Kardec é formulado doutrinariamente, na literatura torna-se experiência estética.

Essa diferença entre estatutos discursivos, longe de impedir o diálogo, torna-o mais rigoroso. A literatura não precisa ser convertida em doutrina para dialogar com concepções filosóficas e espiritualistas. Pelo contrário, sua força crítica aumenta quando permanece literatura: ambígua, polissêmica e capaz de sustentar mais de uma interpretação. O Fantasma pode ser simultaneamente personagem sobrenatural, mecanismo dramático, figura da memória e representação daquilo que a consciência de Hamlet não consegue elaborar. Brás Cubas pode ser simultaneamente morto, irônico, narrador impossível e experimentação ficcional sobre a

permanência da subjetividade. A riqueza das obras está precisamente nessa irredutibilidade.

Dessa perspectiva, a morte deixa de aparecer como simples antônimo da vida e passa a funcionar como uma transformação do regime de presença. O corpo pode desaparecer, mas a memória pode permanecer. A presença física pode cessar, mas a voz pode continuar. A ação corporal pode terminar, mas a capacidade de produzir efeitos sobre os vivos pode persistir. O conceito de agência póstuma procura nomear justamente esse espaço intermediário em que a morte não é anulada, mas também não consegue reduzir completamente o sujeito à condição de ausência.

O conceito ganha, assim, uma dimensão simultaneamente literária e antropológica. Literária, porque descreve a capacidade que personagens mortas possuem de continuar produzindo efeitos no interior da narrativa ou sobre o leitor. Antropológica, porque toca uma questão recorrente das culturas humanas, qual seja, a dificuldade de compreender a morte como simples desaparecimento sem resto. As sociedades constroem ritos, memórias, narrativas, religiões e monumentos precisamente porque o morto continua ocupando algum lugar no universo simbólico dos vivos. A literatura radicaliza essa condição ao permitir que o morto fale.

É nesse sentido que o Fantasma e Brás Cubas podem ser lidos como duas configurações de uma mesma inquietação cultural. O primeiro retorna para exigir que uma história seja reconhecida e o segundo retorna para narrar sua própria história. Ambos transformam o morto em sujeito de discurso e, ao fazê-lo, deslocam a fronteira convencional entre presença e ausência.

A comparação permite, finalmente, reformular a própria pergunta sobre a morte. Em vez de perguntar apenas se existe ou não existência depois dela, torna-se mais fecundo perguntar quais dimensões da pessoa a literatura considera capazes de atravessá-la. A resposta encontrada nas duas obras privilegia a memória, a consciência, a individualidade e a capacidade de comunicação. Não significa que essas dimensões sejam metafisicamente comprovadas mas que são precisamente aquelas que a imaginação literária mobiliza quando deseja representar uma pessoa que já morreu, mas ainda não desapareceu inteiramente.

É nesse ponto que a noção de agência póstuma alcança sua formulação mais precisa pois não designa necessariamente uma prova de sobrevivência ontológica, mas a permanência, no universo representacional, da capacidade atribuída ao morto de produzir efeitos sobre os vivos por meio da palavra, da memória, da narrativa, da presença espectral ou, em determinado regime doutrinário, da comunicação espiritual. O conceito permite, portanto, preservar simultaneamente duas dimensões que não devem ser confundidas: a dimensão estética, na qual a sobrevivência é construída pela obra, e a dimensão filosófico-metafísica, na qual a sobrevivência constitui uma hipótese acerca da natureza humana.

A literatura permanece no intervalo entre essas duas dimensões. Ela não comprova nem precisa negar. Ela imagina, dramatiza, desloca e interroga. E talvez seja justamente por isso que *Hamlet* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* continuem tão produtivos para pensar a morte porque nenhuma das duas obras permite que o leitor a reduza a um simples ponto final.

A permanência dessa voz constitui, em última instância, o paradoxo que aproxima as duas obras. O Fantasma afirma sua identidade a partir do além da vida e Brás Cubas constrói sua autoria a partir da sepultura. Entre ambos, a literatura produz uma hipótese perturbadora e intelectualmente fecunda: que a fronteira entre viver e desaparecer seja suficientemente complexa para que a cultura continue produzindo formas de presença para aqueles que morreram.

Desse modo, é nessa tensão entre morte corporal e permanência da subjetividade que se encontra a força filosófica da representação literária analisada. Shakespeare e Machado não oferecem a mesma resposta à questão da sobrevivência, nem poderiam oferecê-la. O que produzem, cada um a seu modo, é uma forma de resistência narrativa ao silêncio definitivo. O espectro shakespeariano e o defunto-autor machadiano não anulam a morte, ao contrário, tornam-na o ponto a partir do qual outra modalidade de presença pode ser imaginada. E é justamente nessa passagem - do corpo que cessa para a voz que permanece, da presença física para a agência discursiva, da morte como fim para a morte como transformação da forma de presença - que literatura, filosofia e espiritualidade encontram um terreno comum de interrogação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo partiu de uma questão aparentemente simples, mas teoricamente complexa: o que significa representar literariamente um sujeito que continua presente, de algum modo, depois da morte? a pergunta revelou-se inseparável de outras: o que sobrevive quando o corpo desaparece? a alma? a consciência? a personalidade? a memória? a

individualidade? ou apenas os efeitos que o morto continua produzindo sobre aqueles que permanecem? o confronto entre Hamlet e Memórias Póstumas de Brás Cubas mostrou que essas perguntas não podem ser respondidas por uma categoria genérica de vida após a morte, porque as próprias obras constroem formas diferentes de continuidade.

A hipótese proposta foi confirmada no plano específico da análise literária. Shakespeare e Machado de Assis constroem modalidades distintas de continuidade da subjetividade após a morte corporal e atribuem ao morto diferentes formas de agência. Em Hamlet, a continuidade manifesta-se principalmente por meio do espectro, da memória, da comunicação e da intervenção. O Fantasma é uma presença que fala, transmite uma informação, reivindica reconhecimento e desencadeia efeitos sobre o mundo dos vivos. Sua agência é sobretudo interventiva e relacional.

Em Memórias Póstumas de Brás Cubas, a configuração é ainda mais radical. O morto narra. A morte, que deveria interromper a atividade discursiva, torna-se a condição ficcional para que o sujeito assuma uma posição narrativa singular. Brás Cubas continua lembrando, interpretando, ironizando, julgando e interpelando o leitor. A continuidade de sua personalidade é construída pelo próprio exercício da narração. Sua agência é predominantemente discursiva.

A comparação evidencia, desse modo, que a morte não precisa ser representada literariamente como desaparecimento absoluto para ser reconhecida como morte. O corpo morreu em ambas as obras. O que se modifica é o estatuto da presença. Shakespeare transforma a ausência corporal em presença espectral; Machado transforma a morte em condição de autoria. Em ambos, a linguagem produz uma

modalidade de permanência que não deve ser confundida com retorno à vida corporal.

O diálogo com Platão permitiu situar essa questão em uma tradição filosófica na qual a distinção entre corpo e alma constitui uma possibilidade fundamental de pensar a continuidade do sujeito. Schopenhauer, entretanto, introduziu uma necessária resistência à simplificação, ao mostrar que a ideia de indestrutibilidade do ser não pode ser automaticamente convertida em preservação integral da personalidade empírica. William James permitiu problematizar a relação entre cérebro e consciência sem transformar sua reflexão em prova da imortalidade. Myers aproximou a discussão do problema específico da sobrevivência da personalidade. Kardec, por sua vez, apresentou uma concepção sistemática segundo a qual o Espírito sobrevive ao corpo e pode comunicar-se com os encarnados.

O confronto dessas perspectivas foi produtivo precisamente porque elas não são equivalentes. O artigo não encontrou uma teoria única da sobrevivência, mas um conjunto de perguntas diferentes sobre o que poderia permanecer depois da morte. Essa diferenciação mostrou-se indispensável para a análise literária. Se alma, consciência, personalidade e Espírito fossem tratados como sinônimos, a comparação perderia precisão e as obras seriam reduzidas a ilustrações de uma mesma tese. Ao distingui-los, tornou-se possível observar que Shakespeare e Machado trabalham sobretudo com a continuidade de uma individualidade reconhecível, embora a construam de modos radicalmente diferentes.

O conceito de agência póstuma emerge desse percurso como a principal contribuição interpretativa do estudo. A categoria não pretende afirmar a existência objetiva de uma ação exercida pelos mortos nem transformar a literatura em evidência empírica de sobrevivência espiritual. Ela nomeia uma configuração representacional na qual o morto continua capaz de produzir efeitos sobre os vivos. Em ambas as obras, a morte não elimina a capacidade de produzir consequências em seu universo.

A categoria também permite compreender a importância da memória. Em *Hamlet*, o morto solicita que seja lembrado; em *Machado*, o morto é aquele que lembra. A diferença é significativa. No primeiro caso, a permanência depende da consciência do sobrevivente; no segundo, a consciência do morto assume a tarefa de reconstruir o próprio passado. O movimento vai, portanto, do morto que pede memória ao morto que produz memória. Em ambos, entretanto, a memória funciona como espaço de continuidade.

Outro resultado importante diz respeito à comunicação. A possibilidade de que o morto fale não possui o mesmo estatuto nas duas obras. O Fantasma pertence ao regime do sobrenatural e sua palavra permanece epistemologicamente ambígua. *Brás Cubas* pertence ao regime da ficção narrativa e sua fala é assumida como convenção estética. Kardec, por sua vez, apresenta a comunicação entre desencarnados e encarnados no interior da Doutrina Espírita. Aproximar esses três fenômenos sem distinguir seus estatutos produziria uma leitura metodologicamente frágil. Distingui-los permite, ao contrário, compreender como diferentes discursos culturais elaboram uma mesma inquietação humana.

A força da literatura está na capacidade de suspender respostas definitivas e produzir situações em que o leitor experimenta as consequências de uma hipótese. Shakespeare faz isso ao colocar diante de Hamlet uma presença que afirma ser o pai morto. Machado o faz ao entregar a narrativa a um homem que afirma escrever depois da morte. Em nenhum dos casos é necessário concluir que a ficção tenha demonstrado a existência de uma vida pós-morte. Basta reconhecer que ela tornou a hipótese narrativamente operativa.

Essa conclusão é particularmente importante para preservar o rigor científico-metodológico do estudo. O artigo não pretende demonstrar a existência de alma, Espírito ou consciência independente do corpo. Também não pretende invalidar essas possibilidades. Seu objeto é o de compreender como a literatura representa a continuidade da subjetividade e como diferentes concepções filosóficas e espírita permitem formular com maior precisão os problemas envolvidos nessa representação.

Nesse sentido, a aproximação entre literatura, filosofia e espiritualidade mostrou-se mais produtiva quando baseada no diálogo do que na assimilação. Platão não é reduzido a Kardec. Kardec não é apresentado como continuidade necessária de Platão. Schopenhauer não é convertido em defensor da sobrevivência integral da personalidade. James não é transformado em comprovação científica do espiritualismo. Myers não é tratado como equivalente de Kardec. Cada autor preserva sua especificidade e, justamente por isso, contribui para iluminar uma dimensão particular do problema.

A comparação entre Shakespeare e Machado também demonstra que a permanência pós-morte não implica necessariamente aperfeiçoamento moral. O Fantasma retorna marcado pela violência sofrida e pela necessidade de reparação; Brás Cubas permanece atravessado por suas próprias limitações. A continuidade do sujeito não é sinônimo de transcendência moral. A morte aparece, assim, menos como um ponto final absoluto do que como uma transformação da modalidade de presença. A presença física desaparece mas a memória pode preservar a relação. A vida biológica cessa mas a narrativa pode conceder ao sujeito uma forma de continuidade discursiva.

É nesse intervalo entre ausência e presença que reside a força da agência póstuma. O conceito permite reconhecer que o morto pode permanecer culturalmente ativo sem que isso exija, como condição da análise literária, uma tomada de posição sobre sua existência metafísica. O Fantasma age porque é ouvido. Brás age porque é lido. A agência póstuma é, portanto, uma categoria que conecta ontologia imaginada, linguagem e recepção sem confundir esses planos.

O estudo permite concluir que a literatura representa a morte de maneira mais profunda quando pergunta o que acontece com a voz daquele que morreu. Em Shakespeare, a voz retorna sob a forma de espectro e exige reconhecimento. Em Machado, a voz emerge da própria sepultura e reivindica autoria. Em ambos, o morto deixa de ser exclusivamente objeto da memória dos vivos e adquire alguma forma de subjetividade discursiva.

A questão inicial pode, então, ser reformulada: que formas de vida subjetiva a literatura consegue imaginar para além do corpo? a

resposta encontrada neste estudo aponta para memória, consciência, personalidade, individualidade e comunicação. Nenhuma delas, isoladamente, constitui uma prova metafísica de sobrevivência. Todas, contudo, participam da construção literária de sujeitos que, embora mortos corporalmente, continuam capazes de ocupar um lugar no discurso.

O resultado mais amplo da investigação é, portanto, que a morte, na literatura de Shakespeare e Machado de Assis, não constitui simplesmente o contrário da vida. Ela funciona como uma fronteira que transforma a forma de presença do sujeito. O Fantasma e o defunto-autor não negam a morte, eles tornam visível sua capacidade paradoxal de gerar novas formas de voz. O morto permanece porque fala, porque é lembrado, porque narra ou porque continua produzindo efeitos sobre aqueles que vivem.

Desse modo, a literatura permanece em uma posição privilegiada diante de uma das perguntas mais antigas da experiência humana. Ela não precisa decidir se a alma é imortal, se a consciência sobrevive ao cérebro, se a personalidade atravessa a morte ou se os Espíritos podem comunicar-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

JAMES, William. ***Human immortality: two supposed objections to the doctrine***. Boston; New York: Houghton, Mifflin and Co., 1898. Disponível em: Internet Archive. Acesso em: 4 out. 2026.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos:** filosofia espiritualista. Tradução de Guillon Ribeiro. 93. ed. Brasília, DF: Federação Espírita Brasileira, 2013.

KARDEC, Allan. **O livro dos médiuns:** ou guia dos médiuns e dos evocadores. Tradução de Guillon Ribeiro. 81. ed. Brasília, DF: Federação Espírita Brasileira, 2013.

MYERS, Frederic W. H. ***Human personality and its survival of bodily death***. London: Longmans, Green and Co., 1903. 2 v. Disponível em: Internet Archive — Volume 1; Internet Archive — Volume 2. Acesso em: 4 out. 2026.

PLATÃO. **Fédon**. Introdução, versão do grego e notas de Maria Teresa Schiappa de Azevedo. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Seis ensaios de Parerga e Paralipomena:** pequenos escritos filosóficos. Tradução de Rosana Jardim Candeloro. Porto Alegre: Zouk, 2016. Disponível em: Editora Zouk. Acesso em: 4 out. 2026.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Edited by Harold Jenkins. London: Methuen, 1982. Disponível em: Google Books. Acesso em: 4 out. 2026.

¹ Professora Associada II, lotada no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL), da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), no Campus de Imperatriz. É Diretora do Curso de Letras Licenciatura em Língua Inglesa e Literaturas. Doutorado em Ciencias de la Educacion, pela Universidad del Norte (UNINORTE/UEA. Integra os Grupos de

Pesquisa: GEPLALA - Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada e Literaturas Anglófonas e o GEPEFP - Grupo de Estudos em Práticas Educativas e Formação de Professores. Desenvolve pesquisas sobre Letras, ensino-aprendizagem de Língua Inglesa, formação docente, Literatura anglófona, Ensino Médio, Estágio Supervisionado de Língua inglesa, Educação, Direitos Humanos, Letramentos, políticas públicas de educação, escola pública e qualidade na educação. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)